

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pauta econômica domina discursos na abertura dos trabalhos legislativos..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso sob nova direção deve deixar projetos fiscais para o Planalto..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Barroso comemora "normalidade plena" e harmonia entre Poderes..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em discursos de abertura, Alcolumbre e Motta mostram apoio à agenda do governo..... 9

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: presidente da Fecomércio analisa benefícios para a Zona Franca de Manaus
..... 11

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo busca aproximação com nova cúpula do Congresso, que reafirma posição de independência nas emendas
..... 13

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pressão de Alcolumbre e aceno do Planalto: entenda por que Lula se comprometeu a liberar pesquisa na Margem Equatorial
..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas causarão inflação elevada, dizem analistas..... 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Governo negocia vaga para Pacheco virar ministro..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Especialistas veem governo frágil para negociar reforma ministerial com o Centrão
..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo quer reforma do IR..... 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Como retomar os investimentos públicos - RAUL VELLOSO..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

A bola está com Lula - ELIANE CANTANHÊDE	27
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Corte assistencial não torna o país mais forte	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Alimentos pesam e inflação dos mais pobres chega a 5,14% em São Paulo	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado volta a elevar projeções para inflação em 2025 e 2026, mostra Focus	31
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Barroso diz que país volta à normalidade e que cabe ao STF temas 'sensíveis'	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasil deve ter perdas e ganhos indiretos com guerra comercial	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Motivos do recuo de Donald Trump - MÍRIAM LEITÃO	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Avaliação da política monetária brasileira	38

Pauta econômica domina discursos na abertura dos trabalhos legislativos

Com o impasse sobre a execução das emendas parlamentares ao Orçamento servindo de pano de fundo, representantes dos três Poderes participaram na segunda-feira (3) da sessão de reabertura dos trabalhos do Congresso pregando harmonia entre as instituições e a estabilidade econômica. Em sua mensagem ao Parlamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou o compromisso com o arcabouço fiscal e a defesa da proposta que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, que ainda está em elaboração pelo Executivo e deve ser encaminhada ao Legislativo neste ano. Também defendeu o programa Pé de Meia, cujo financiamento é alvo de questionamento no Tribunal de Contas da União (TCU).

No primeiro ato após a eleição, os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e senador Davi Alcolumbre (União-AP), reforçaram o compromisso com a pauta econômica e o equilíbrio das contas públicas. E defenderam, mais uma vez, as emendas parlamentares em novo recado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Seguindo a tradição, a mensagem presidencial foi levada ao Congresso pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e lida pelo primeiro secretário das mesas da Câmara e do Congresso, deputado Carlos Veras (PT-PE). O documento diz que a proposta de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil "merecerá especial atenção" em 2025 por se tratar de uma promessa de campanha em 2022. Ainda assim, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o texto do projeto ainda não tem data para chegar ao Legislativo. Segundo ele, é preciso alinhar bem a comunicação para que não aconteça algo parecido com o ocorrido com a instrução normativa da **Receita Federal** que aumentava a fiscalização do Pix. "Depois do susto que deu o cumprimento, você tem que fazer o negócio [com calma]. Isso é uma coisa muito forte", declarou Wagner.

Como mostrou o Valor, a proposta de compensação que prevê a tributação mínima de 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil enfrenta resistência entre os congressistas.

"Em 2024, o governo federal manteve seu compromisso com o equilíbrio das contas públicas.

Fizemos o sexto maior ajuste fiscal do mundo e o terceiro maior entre os países emergentes, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O déficit pri-

mário está estimado em 0,1%, o menor da década", diz o texto. "Em 2025, continuaremos a pautar nossa gestão pelo compromisso com o equilíbrio fiscal. Isso está expresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assim como no conjunto de medidas fiscais enviadas em novembro de 2024 ao Congresso Nacional, que permitirão economizar R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026."

Especialistas, no entanto, apontam riscos à sustentabilidade fiscal e sobre a trajetória da dívida pública. Alguns analistas apontam que o pacote aprovado no ano passado é insuficiente para garantir o equilíbrio.

A prioridade para a pauta econômica e o equilíbrio fiscal também esteve presente nas falas da nova cúpula do Congresso. Em seu discurso, Alcolumbre defendeu uma agenda para o desenvolvimento do país.

"O brasileiro quer crescer, quer empreender, quer viver com dignidade. E nós temos que ser o instrumento para que isso aconteça. Vamos avançar na agenda fiscal, na geração de emprego e renda e no combate às desigualdades", declarou.

Na mesma linha, Motta colocou as pautas econômicas como prioritárias. "Avançamos muito na direção da estabilidade jurídica e econômica, indispensável ao crescimento do país. Continuaremos nesse caminho", pontuou.

Sobre a relação entre os Poderes, Alcolumbre e Motta voltaram a falar no respeito às prerrogativas do Congresso e defenderam as emendas parlamentares, em meio ao impasse envolvendo o bloqueio dos recursos por decisão do ministro Flávio Dino, que cobra mais transparência e ras-treabilidade dos recursos.

"A recente controvérsia sobre emendas parlamentares ao Orçamento ilustra a necessidade de respeito mútuo e diálogo contínuo. As decisões do Supremo Tribunal Federal devem ser respeitadas, mas é igualmente

indispensável garantir que este Parlamento não seja cerceado em sua função primordial de legislar e representar os interesses do povo brasileiro", pontuou Alcolumbre em seu discurso.

"Que a presença hoje aqui de representantes dos três Poderes da União seja mais do que um gesto formal - seja um símbolo vivo de que podemos construir juntos, que podemos agir com responsabilidade e compromisso com a nação", complementou

"Daqui a dois anos, vamos notar que a democracia foi restabelecida"

Lula

o presidente do Senado.

Na mesma linha, Motta defendeu que "independência e harmonia pressupõem o desvelo obstinado no cumprimento das atribuições constitucionais e o respeito às competências dos demais Poderes".

Segundo aliados, Motta e Alcolumbre devem procurar Dino para buscar um entendimento e des-travar os recursos. No total, o magistrado bloqueou R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão da Câmara e R\$ 2,5 bilhões do Senado.

A Corte esteve representada na solenidade pelo presidente do STF, Luiz Roberto Barroso, e pelos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Em sua fala, Barroso afirmou que os Poderes devem estar unidos na defesa da Constituição e que não deve haver "recados", mas sim "conversas diretas" entre o Judiciário e o Legislativo.

"Alguém me perguntou na entrada [do Congresso] se eu havia recebido um recado ou compreendido um recado e a primeira coisa que me ocorreu foi [que] entre nós, não há necessidade de recados. Nós temos conversa direta, aberta e franca de pessoas que se querem bem", declarou Barroso.

No plenário da Câmara, o clima calmo entre governo e oposição que conduziu Motta e Alcolumbre para o comando das Casas deu lugar a provocações. Enquanto governistas utilizavam

bonés com os dizeres "o Brasil é dos brasileiros", bolsonaristas vestiam outro com a frase "carne barata novamente, Bolsonaro 2026" e exibiam picanhas com a foto do ex-presidente. O uso do adereço é uma referência aos bonés vermelhos utilizados por Donald Trump na campanha presidencial dos Estados Unidos com dizeres, com dizeres defendendo o fortalecimento dos EUA.

Mais cedo, o presidente Lula recebeu Hugo Motta e Davi Alcolumbre no Palácio do Planalto, também em um gesto de aproximação.

"Estou convencido de que, daqui a dois anos, vamos notar que a democracia foi restabelecida na sua plenitude", disse Lula ao lado dos dois parlamentares. Segundo o presidente, o governo não encaminhará ao Congresso projetos antes de debater intensamente o conteúdo com os líderes partidários.

O presidente do Senado, por sua vez, comprometeu-se a apoiar a agenda do governo e defendeu que haja um número de projetos encaminhados pelo Legislativo. "O Legislativo não pode se furtar a ajudar o governo a melhorar a vida dos brasileiros. É um gesto de aproximação e maturidade institucional. Não temos tempo de criar crise onde não existe". (Caetano Tonet, Murillo Camarotto, Marcelo Ribeiro, e Gabriela Guido)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1§ion=1>

Congresso sob nova direção deve deixar projetos fiscais para o Planalto

Com o Congresso Nacional sob novo comando, após as eleições de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para a presidência do Senado e de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a Câmara, no sábado, o consenso entre deputados e senadores é o de que há pouco espaço para a votação de projetos fiscais de autoria das duas Casas, em meio ao impasse sobre as emendas parlamentares.

Assim, iniciativas para melhorar a confiança nas contas públicas dependerão exclusivamente do Executivo, que ainda não dá sinais de que vai enviar novas propostas após a aprovação do pacote do Ministério da Fazenda, em dezembro. A fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, de que, se depender dele, não tem ajuste fiscal, foi lembrada por parlamentares como uma sinalização ruim por parte do governo.

O entendimento é de que cortar gastos é uma pauta impopular, e o Congresso não será "mais realista do que o rei" nesse assunto. Para o senador Marcos Rogério (PL-RO), da oposição, o governo está se perdendo na pauta econômica, e não pode culpar o Congresso, que tem sido "generoso". "O problema do governo não é o Parlamento. Este parlamento tem sido até muito generoso com o governo. O problema do governo é o próprio governo."

A agenda mais urgente do Congresso na economia passa pela aprovação do Orçamento de 2025, que deveria ter sido votado no final de 2024. Além disso, consta na lista de prioridades a conclusão do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que precisa ser votado no Senado, e a apreciação da proposta de mudança do Imposto de Renda, com a isenção até o limite de R\$ 5 mil.

Em reunião ministerial no

dia 20 de janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou uma lista com 25 itens que serão prioritários para este e para o próximo ano. Há nela itens que dependem do Congresso, como a reforma da Previdência dos militares e a limitação aos supersalários nos Poderes (mais informações em quadro ao lado).

PRIORIDADE. Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), a

agenda econômica é prioridade, mas o governo, antes de pensar em novas medidas de ajuste fiscal, quer esperar para ver os efeitos do pacote aprovado em dezembro. Ele disse que organizou em sua casa um encontro entre Haddad e Alcolumbre para falar das prioridades da equipe econômica.

"A nossa agenda no Congresso é a agenda econômica. O ministro Haddad tem um tripé que conduz a política econômica, que passa pela responsabilidade fiscal, a melhoria do ambiente de negócios e a agenda de transição ecológica. Vamos continuar com essas pautas", afirmou Randolfe.

Para voltar a tramitar no Congresso, a pauta econômica terá que superar um impasse: as emendas parlamentares, que estão na mira do Supremo Tribunal Federal (STF) devido à falta de transparência.

As lideranças do governo sabem que será preciso superar a questão. "A ideia é fazermos uma concertação entre os novos presidentes (Motta e Alcolumbre), o Supremo e o Executivo (sobre as emendas). Estou muito confiante que faremos um acordo que preserve a transparência, a lisura e tudo aquilo que foi colocado", afirmou o líder do governo, José Guimarães (PT-CE).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Barroso comemora "normalidade plena" e harmonia entre Poderes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu a independência e a harmonia entre os Poderes e comemorou o que chamou de "volta à normalidade plena" do país durante a abertura do ano judiciário, na segunda-feira (3). Na solenidade, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também discursou e disse que a PGR está pronta para "cumprir seu papel".

A fala ocorre no momento em que se espera pela apresentação da denúncia contra os investigados pela tentativa de golpe de Estado em 2022, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus principais aliados.

A cerimônia foi acompanhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelos novos presidentes do Senado, Davi Alcolum-bre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ministros do governo também estiveram no local, entre eles Ricardo Lewandowski (Justiça), que já foi integrante da Corte.

Em sua fala, Barroso evitou polêmicas e não rebateu as críticas

feitas pela recém-eleita cúpula do Congresso, por conta de decisões da Corte sobre emendas parlamentares. Pelo contrário: ele elogiou o alto número de votos recebidos por Motta e Alcolum-bre no último sábado (1).

"Os três Poderes aqui presentes são unidos pelos princípios e propósitos da Constituição. Somos independentes e harmônicos como manda a Constituição. Porém, mais que isso, somos pessoas que se querem bem e, acima de tudo, querem o bem do Brasil", disse o presidente do STF.

O ministro também lembrou dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e disse que, apesar do vandalismo, a democracia prevaleceu. "Aqui deste plenário, que foi invadido, queimado, inundado e depredado com imensa fúria antidemocrática, nós celebramos a vitória das instituições. E a volta do país à normalidade plena, com idealismo e civilidade."

"Será um ano com pautas de interesse aos valores democráticos" Paulo Gonet

Segundo ele, não há pensamento único, "porque isso

é coisa de ditaduras", mas as diferentes visões de mundo devem ser tratadas com "respeito e consideração". "A democracia tem lugar para todos. Só não tem lugar para quem pretende jogar com regras que não são do jogo da democracia."

Já Gonet, em um breve discurso, destacou que 2025 será um ano de defesa dos "valores democráticos". "Este será, certamente, um ano com pautas de sobressaído interesse aos valores democráticos. Assim como esta Corte, também a Procuradoria-Geral da República está pronta para cumprir o seu papel", ressaltou.

O PGR também frisou que cabe ao Ministério Público zelar para que a vontade popular seja obedecida e cumprida. E que o papel do órgão é atuar em "defesa da ordem jurídica e do regime democrático" e com "firmeza, desassombro e serenidade" para cumprir as missões constitucionais.

Em outra frente, Barroso também aproveitou o primeiro discurso do ano para defender o altos custos da magistratura e disse que muitas vezes as críticas em relação a isso são "injustas".

"Nós somos contra todo tipo

de abuso e a Corregedoria Nacional de Justiça [CNJ], liderada pelo ministro Mauro Campbell Marques, está atenta. Mas é preciso não supervalorizar críticas que muitas vezes são injustas ou frutos da incompreensão do trabalho dos juizes."

Segundo ele, desde 2017, o Judiciário tem o mesmo orçamento, acrescido apenas do percentual de **inflação**. O ministro também destacou que, em 2024, foi devolvido ao Tesouro R\$ 406 milhões não gastos.

O presidente do STF informou também que o custo do Judiciário é de R\$ 132,8 bilhões, o que significa 1,2% do **PIB** e inclui o Ministério Público e a Defensoria Pública. E apontou ainda que o valor arrecadado pelos tribu-

nais no ano passado foi de R\$ 56,74 bilhões.

De acordo com Barroso, o Judiciário brasileiro é um dos mais produtivos do mundo e conta com 18 mil juizes e 280 mil servidores em todo o país. E a

reforma tributária foi aprovada em "boa hora" pelo Congresso, o que deve diminuir a litigiosidade. "Precisamos diminuir essa litigiosidade. Precisamos eliminar do Judiciário brasileiro os "cadáveres" em matéria tributária", afirmou.

À noite, após a cerimônia no STF, a ministra Cármen Lúcia abriu os trabalhos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na sessão, ela informou que a Corte já começou a adotar as providências para as eleições de 2026 e frisou sua preocupação com o mau uso das redes sociais.

"Cada inovação tecnológica, cada novidade sobre redes sociais, são objeto de atenção e cuidado muito especial dessa casa, pela repercussão que pode ter sobre o direito às liberdades, especialmente a liberdade de se informar e votar", afirmou.

Nesse sentido, ela afirmou que a Justiça é feita para "as gentes e não para as máquinas".

"Máquinas são coisas que nos ajudam, que interferem cada vez mais nas vidas humanas, mas que também podem promover desumanidade, como vem sendo praticadas muitas vezes. Mas é preciso impedir que elas façam prosperar a violência, a agressão e o medo nas pessoas, porque se isso não ocorrer, chegará o dia que elas nos matarão. Morremos de medo." Judiciário Na cerimônia de abertura do ano, procurador-geral da República discursou e garantiu que a PGR está pronta para "cumprir seu papel"

Barroso comemora "normalidade plena" e harmonia entre Poderes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu a independência e a harmonia entre os Poderes e comemorou o que chamou de "volta à normalidade plena" do país durante a abertura do ano judiciário, na segunda-feira (3). Na solenidade, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também discursou e disse que a PGR está pronta para "cumprir seu papel".

A fala ocorre no momento em que se espera pela apresentação da denúncia contra os investigados pela tentativa de golpe de Estado em 2022, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus principais aliados.

A cerimônia foi acompanhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelos novos presidentes do Senado, Davi Alcolum-bre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ministros do governo também estiveram no local, entre eles Ricardo Lewandowski (Justiça), que já foi integrante da Corte.

Em sua fala, Barroso evitou polêmicas e não rebateu as críticas

feitas pela recém-eleita cúpula do Congresso, por conta de decisões da Corte sobre emendas parlamentares. Pelo contrário: ele elogiou o alto número de votos recebidos por Motta e Alcolum-bre no último sábado (1).

"Os três Poderes aqui presentes são unidos pelos princípios e propósitos da Constituição. Somos independentes e harmônicos como manda a Constituição. Porém, mais que isso, somos pessoas que se querem bem e, acima de tudo, querem o bem do Brasil", disse o presidente do STF.

O ministro também lembrou dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e disse que, apesar do vandalismo, a democracia prevaleceu. "Aqui deste plenário, que foi invadido, queimado, inundado e depredado com imensa fúria antidemocrática, nós celebramos a vitória das instituições. E a volta do país à normalidade plena, com idealismo e civilidade."

"Será um ano com pautas de interesse aos valores democráticos" Paulo Gonet

Segundo ele, não há pensamento único, "porque isso é coisa de ditaduras", mas as diferentes visões de mundo devem ser tratadas com "respeito e consideração". "A democracia tem lugar para todos. Só não tem lugar para quem pretende jogar com regras que não são do jogo da democracia."

Já Gonet, em um breve discurso, destacou que 2025 será um ano de defesa dos "valores democráticos". "Este será, certamente, um ano com pautas de sobressaído interesse aos valores democráticos. Assim como esta Corte, também a Procuradoria-Geral da República está pronta para cumprir o seu papel", ressaltou.

O PGR também frisou que cabe ao Ministério Público zelar para que a vontade popular seja obedecida e cumprida. E que o papel do órgão é atuar em "defesa da ordem jurídica e do regime democrático" e com "firmeza, desassombro e serenidade" para cumprir as missões constitucionais.

Em outra frente, Barroso também aproveitou o primeiro discurso do ano para defender o altos custos da magistratura e disse que muitas vezes as críticas em relação a isso são "injustas".

"Nós somos contra todo tipo

de abuso e a Corregedoria Nacional de Justiça [CNJ], liderada pelo ministro Mauro Campbell Marques, está

atenta. Mas é preciso não supervalorizar críticas que muitas vezes são injustas ou frutos da incompreensão do trabalho dos juizes."

Segundo ele, desde 2017, o Judiciário tem o mesmo orçamento, acrescido apenas do percentual de **inflação**. O ministro também destacou que, em 2024, foi devolvido ao Tesouro R\$ 406 milhões não gastos.

O presidente do STF informou também que o custo do Judiciário é de R\$ 132,8 bilhões, o que significa 1,2% do **PIB** e inclui o Ministério Público e a Defensoria Pública. E apontou ainda que o valor arrecadado pelos tribu-

nais no ano passado foi de R\$ 56,74 bilhões.

De acordo com Barroso, o Judiciário brasileiro é um dos mais produtivos do mundo e conta com 18 mil juizes e 280 mil servidores em todo o país. E a **reforma tributária** foi aprovada em "boa hora" pelo Congresso, o que deve diminuir a litigiosidade. "Precisamos diminuir essa litigiosidade. Precisamos eliminar do Judiciário brasileiro os "cadáveres" em matéria tributária", afirmou.

À noite, após a cerimônia no STF, a ministra Cármen Lúcia abriu os trabalhos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na sessão, ela informou que a Corte já começou a adotar as providências para as eleições de 2026 e frisou sua preocupação com o mau uso das redes sociais.

"Cada inovação tecnológica, cada novidade sobre redes sociais, são objeto de atenção e cuidado muito especial dessa casa, pela repercussão que pode ter sobre o direito às liberdades, especialmente a liberdade de se informar e votar", afirmou.

Nesse sentido, ela afirmou que a Justiça é feita para "as gentes e não para as máquinas".

"Máquinas são coisas que nos ajudam, que interferem cada vez mais nas vidas humanas, mas que também podem promover desumanidade, como vem sendo praticadas muitas vezes. Mas é preciso impedir que elas façam prosperar a violência, a agressão e o medo nas pessoas, porque se isso não ocorrer, chegará o dia que elas nos matarão. Morremos de medo."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1§ion=1>

Em discursos de abertura, Alcolumbre e Motta mostram apoio à agenda do governo

Júlia Portela +

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Congresso não terá dificuldade em lidar com o Executivo. A declaração foi dada após reunião com os novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), eleitos no sábado. Em contrapartida, ele ouviu dos dois líderes que haverá sintonia para avaliar as pautas do Planalto.

Estou muito feliz, porque, primeiro, sou amigo dos dois, tenho conhecimento do compromisso democrático que os dois têm e quero dizer que eles não terão problema na relação política com o Poder Executivo, ressaltou, na presença de ambos. Tenho certeza de que a nossa convivência será exemplo para o futuro e para aqueles que hoje fazem parte do presente e que, muitas vezes, não querem entender a necessidade da convivência democrática.

Lula também disse que a convivência será um exemplo de fortalecimento da democracia brasileira. Cada um tendo noção exata do seu papel, enfatizou.

Motta complementou que a Câmara estará à disposição para construir uma pauta positiva para o Brasil. Estamos aqui, tanto eu quanto o senador Davi, fazendo esta visita institucional para dizer que a Câmara dos Deputados - penso eu que também o Senado Federal - estará à disposição para construirmos uma pauta positiva para o país. A nossa democracia rege a nossa Constituição, que os Poderes devem ser independentes e harmônicos, e essa harmonia é o que o Brasil precisa, destacou.

O presidente da Câmara afirmou que o interesse é ter uma agenda produtiva, com as pautas enviadas pelo Executivo e as propostas feitas pelos parlamentares. Que essa harmonia e o diálogo entre os Poderes possam perseverar, porque quem ganha com isso são os mais de 200 milhões de brasileiros que dependem desse novo relacionamento. Eu me coloco 100% à disposição para, juntos, trabalharmos em favor do nosso Brasil, concluiu.

Alcolumbre adotou a mesma linha do colega de Parlamento. Estou feliz de poder estar ao lado do Hugo, enquanto presidente da Câmara dos Deputados, fazer um Poder Legislativo forte, altivo,

equilibrado e que possa, verdadeiramente, dar as respostas à sociedade brasileira a partir dessa relação verdadeira, profícua e duradoura estabelecida por Vossa Excelência como presidente do Brasil, disse a Lula.

Alcolumbre completou: Precisamos, enquanto Poder Legislativo, apoiar a agenda do governo, debater na Casa do povo, no Congresso Nacional, aprimorar todas essas agendas importantes, que são prioritárias para o governo, inclusive, participar mais, propondo mais iniciativas a partir do Parlamento.

Lula, porém, não compareceu à sessão de abertura do ano legislativo, à tarde. Ele enviou mensagem, também com tom de conciliação entre os Poderes. Ainda destacou pautas aprovadas pelo Parlamento, como a **reforma tributária**.

Queria parabenizar e agradecer ao Congresso Nacional pela inestimável cooperação no projeto de reconstrução do Brasil. Nesses dois anos de governo, reafirmamos nosso compromisso com a democracia, o respeito às instituições e a relação harmoniosa entre os Poderes, diz o texto, lido pelo deputado federal Carlos Veras (PT-PE) e entregue aos presidentes do Legislativo pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

O marco histórico da aprovação da **reforma tributária** não apenas simplifica e torna mais justo o sistema tributário, como também impulsiona o desenvolvimento econômico, destacou a mensagem.

De acordo com o governo federal, em 2024, foi mantido o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e, em 2025, o mesmo deve ocorrer. Isso está expresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como no conjunto de medidas fiscais enviadas em novembro de 2024 ao Congresso Nacional, que permitirão economizar R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026, acrescenta.

Conforme Lula, em conjunto com o Congresso, estamos criando as condições para a construção de um país mais desenvolvido e mais justo, com crescimento econômico, geração de emprego e renda e responsabilidade fiscal, social e ambiental. Em 2024, começamos a colher o que semeamos desde o início do nosso governo. Em 2025, seguiremos

plantando, em busca de colheitas ainda mais generosas , acrescentou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Congresso não terá dificuldade em lidar com o Executivo. A declaração foi dada após reunião com os novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), eleitos no sábado. Em contrapartida, ele ouviu dos dois líderes que haverá sintonia para avaliar as pautas do Planalto.

Estou muito feliz, porque, primeiro, sou amigo dos dois, tenho conhecimento do compromisso democrático que os dois têm e quero dizer que eles não terão problema na relação política com o Poder Executivo , ressaltou, na presença de ambos. Tenho certeza de que a nossa convivência será exemplo para o futuro e para aqueles que hoje fazem parte do presente e que, muitas vezes, não querem entender a necessidade da convivência democrática.

Lula também disse que a convivência será um exemplo de fortalecimento da democracia brasileira . Cada um tendo noção exata do seu papel , enfatizou.

Motta complementou que a Câmara estará à disposição para construir uma pauta positiva para o Brasil . Estamos aqui, tanto eu quanto o senador Davi, fazendo esta visita institucional para dizer que a Câmara dos Deputados - penso eu que também o Senado Federal - estará à disposição para construirmos uma pauta positiva para o país. A nossa democracia rege a nossa Constituição, que os Poderes devem ser independentes e harmônicos, e essa harmonia é o que o Brasil precisa , destacou.

O presidente da Câmara afirmou que o interesse é ter uma agenda produtiva, com as pautas enviadas pelo Executivo e as propostas feitas pelos parlamentares. Que essa harmonia e o diálogo entre os Poderes possam perseverar, porque quem ganha com isso são os mais de 200 milhões de brasileiros que dependem desse novo relacionamento. Eu me coloco 100% à disposição para, juntos, trabalharmos em favor do nosso Brasil , concluiu.

Alcolumbre adotou a mesma linha do colega de Parlamento. Estou feliz de poder estar ao lado do Hugo, enquanto presidente da Câmara dos Deputados, fazer um Poder Legislativo forte, altivo, equilibrado e que possa, verdadeiramente, dar as respostas à sociedade brasileira a partir dessa relação verdadeira, profícua e duradoura estabelecida por Vossa Excelência como presidente do Brasil , disse a Lula.

Alcolumbre completou: Precisamos, enquanto Poder

Legislativo, apoiar a agenda do governo, debater na Casa do povo, no Congresso Nacional, aprimorar todas essas agendas importantes, que são prioritárias para o governo, inclusive, participar mais, propondo mais iniciativas a partir do Parlamento .

Lula, porém, não compareceu à sessão de abertura do ano legislativo, à tarde. Ele enviou mensagem, também com tom de conciliação entre os Poderes. Ainda destacou pautas aprovadas pelo Parlamento, como a **reforma tributária**.

Queria parabenizar e agradecer ao Congresso Nacional pela inestimável cooperação no projeto de reconstrução do Brasil. Nesses dois anos de governo, reafirmamos nosso compromisso com a democracia, o respeito às instituições e a relação harmoniosa entre os Poderes , diz o texto, lido pelo deputado federal Carlos Veras (PT-PE) e entregue aos presidentes do Legislativo pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

O marco histórico da aprovação da **reforma tributária** não apenas simplifica e torna mais justo o sistema tributário, como também impulsiona o desenvolvimento econômico , destacou a mensagem.

De acordo com o governo federal, em 2024, foi mantido o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e, em 2025, o mesmo deve ocorrer. Isso está expresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como no conjunto de medidas fiscais enviadas em novembro de 2024 ao Congresso Nacional, que permitirão economizar R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026 , acrescenta.

Conforme Lula, em conjunto com o Congresso, estamos criando as condições para a construção de um país mais desenvolvido e mais justo, com crescimento econômico, geração de emprego e renda e responsabilidade fiscal, social e ambiental . Em 2024, começamos a colher o que semeamos desde o início do nosso governo. Em 2025, seguiremos plantando, em busca de colheitas ainda mais generosas , acrescentou.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/02/7051606-alcolumbre-e-motta-mostram-apoio-a-agenda-do-governo.html>

Reforma Tributária: presidente da Fecomércio analisa benefícios para a Zona Franca de Manaus

Por g1 AM

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, no dia 16 de janeiro, a primeira lei que regulamenta a **reforma tributária**. O texto principal da regulamentação preserva as vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM). Em entrevista ao g1, o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomércio-AM), Aderson Frota, analisou o cenário e os possíveis impactos para a região.

A proposta garante a isenção da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) no comércio interno do polo industrial de Manaus e mantém o crédito presumido do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sem a limitação prevista anteriormente.

Frota destacou que, inicialmente, a Indústria estava protegida com seus benefícios, mas o Comércio perderia os incentivos e reduções de **impostos** federais, o que afetaria a competitividade da região amazônica.

Demos esse primeiro passo. Estamos acompanhando toda essa parte de negociações, agora o Senado vai retomar as discussões, o Congresso começará suas atividades, e nós estaremos presentes em todos os momentos, acompanhando tudo, para garantir que não haja nenhum problema que possa prejudicar o conceito e a situação fiscal da Zona Franca de Manaus, afirmou Frota.

LEIA TAMBÉM

Reforma tributária aprovada na Câmara mantém vantagens da Zona Franca de Manaus; veja o que muda

De acordo com o presidente da Fecomércio, quando há compras do mercado externo, a Zona Franca tem isenção de PIS, Cofins e Contribuição Social. Inicialmente, a **Reforma Tributária** não mantinha essa isenção, o que gerou uma discussão, sendo posteriormente incluída novamente no texto, preservando a competitividade da região.

Isso afetaria nossa capacidade de competir. Poderia ser que em Porto Velho os números de competitividade fossem mais favoráveis do que os nossos aqui, na Zona Franca de Manaus, pois nossa estrutura logística é extremamente cara, explicou.

Frota também ressaltou que os impactos seriam sentidos pela população caso essas isenções não fossem preservadas, exemplificando com os desafios que a região já enfrenta durante os períodos de estiagem, que dificultam o transporte de mercadorias pelos rios.

As pessoas não têm ideia da nossa logística complicada, que é a mais cara do mundo. Além da parte burocrática, temos custos de frete elevadíssimos. Durante essas duas estiagens, vimos um aumento de mais de 300% nos custos de frete. Isso prejudica profundamente, porque todos esses custos acabam sendo repassados no preço final. E a população não vê o fornecedor, a indústria ou a agropecuária. Nós repassamos o preço. Temos uma grande dificuldade de compatibilizar isso, concluiu Frota.

Benefícios fiscais da Zona Franca

A bancada amazonense votou de forma unânime a favor da proposta, após ajustes no Senado que garantiram a manutenção dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. O projeto inclui 25 artigos específicos sobre a ZFM e as áreas de livre comércio da Amazônia.

As alterações no texto foram feitas para preservar os incentivos fiscais para as indústrias da região, além de assegurar as vantagens para o comércio varejista, fundamentais para a manutenção dos empregos e o funcionamento das lojas no estado.

Uma mudança significativa no texto aprovado foi a inclusão de incentivos fiscais para o refino de petróleo na Zona Franca de Manaus, com a finalidade exclusiva de abastecer a cidade.

Proposta pelo senador Omar Aziz, essa medida foi mantida na Câmara, apesar das críticas de entidades

do setor de petróleo sobre o favorecimento ao grupo privado que adquiriu a refinaria da Petrobras em Manaus. Além disso, o Amazonas terá a reinclusão das bebidas açucaradas no Imposto Seletivo (IS).

Com a aprovação do PLP 68/2024, as condições fiscais favoráveis à Zona Franca de Manaus são preservadas, garantindo a competitividade da região, essencial para sua economia.

O projeto define as regras para a cobrança dos três novos **impostos** sobre o consumo, estabelecidos pela **reforma tributária** de 2023.

Depois de um período de transição entre 2026 e 2033, cinco **tributos** - ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins - serão unificados. A cobrança será dividida em dois níveis: federal (com a Contribuição sobre Bens e Serviços, ou CBS); e estadual/municipal (com o Imposto sobre Bens e Serviços, ou IBS). Haverá também o Imposto Seletivo (IS) - uma sobretaxa aplicada para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Anteriormente, o projeto já havia passado pela Câmara, que havia incluído pontos no texto que ameaçavam o modelo Zona Franca. As principais ameaças eram:

A cobrança de CBS e IBS sobre os produtos vendidos no varejo local; a limitação imposta pelos deputados de 1/3 ao crédito presumido, uma das principais vantagens fiscais que atraem indústrias para a Zona Franca.

No Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) foi escolhido para relatar o projeto de lei e conseguiu reverter os pontos contrários ao Polo Industrial de Manaus, retirando as medidas do texto final aprovado pelos senadores.

O texto também trouxe uma inovação para o modelo: a redução de 50% na tributação de importados para consumo interno na Zona Franca e nas áreas de livre comércio.

Próximos passos

Depois da sanção da primeira lei da reforma, o governo ainda precisa aprovar outras normas para regulamentar a mudança da tributação no país.

O governo ainda precisa aprovar o projeto de lei que cria o Comitê Gestor do IBS, da distribuição da receita do IBS entre os Estados e Municípios e de outras questões relativas apenas aos Estados e Municípios.

Falta ainda o envio de outros três projetos de lei ao

Congresso: Definição das alíquotas do Imposto Seletivo; Regulamentação dos Fundos de Desenvolvimento do Amazonas e da Amazônia Ocidental; Regulamentação da forma de aporte dos recursos ao Fundo de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Além dos projetos, o Ministério da Fazenda também trabalha com a elaboração das normas que vão disciplinar o IBS e a CBS.

Site:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/02/04/ref-orm-a-tributaria-presidente-da-fecomercio-analisa-beneficios-para-a-zona-franca-de-manaus.ghtml>

Governo busca aproximação com nova cúpula do Congresso, que reafirma posição de independência nas emendas

Ainda com dificuldades para manter uma base organizada no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem os presidentes eleitos da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tentar uma aproximação. O gesto foi em parte correspondido pelos novos chefes do Legislativo - Alcolumbre disse pela segunda vez em três dias que apoiará a agenda do governo, enquanto Motta citou a necessidade de "convergência". Também houve um alinhamento em relação à garantia de "responsabilidade fiscal".

O dia em Brasília, porém, foi novamente marcado por discursos com referência à crise das emendas parlamentares, parte delas bloqueadas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O assunto opõe governo e Congresso, numa disputa de poder sobre o controle do Orçamento.

À tarde, em abertura do ano legislativo, Motta e Alcolumbre disseram prezar pela "harmonia" entre Poderes, mas frizaram a independência do Poder Legislativo. O presidente do Senado foi o mais incisivo ao abordar o assunto.

- A controvérsia sobre emendas parlamentares ao orçamento ilustra a necessidade de respeito mútuo e diálogo contínuo. As decisões do Supremo Tribunal Federal devem ser respeitadas, mas é igualmente indispensável garantir que este Parlamento não seja cerceado em sua função primordial de legislar e representar os interesses do povo brasileiro, inclusive, levando recursos e investimentos à sua região - disse Alcolumbre.

Já na abertura dos trabalhos do Judiciário, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, disse ontem que o papel dos magistrados é lidar com "questões mais complexas e divisivas" da sociedade.

No compromisso entre Lula e os chefes de Câmara e Senado pela manhã, no Palácio do Planalto, o presidente sinalizou que irá informar ao Legislativo cada passo sobre a pauta prioritária do governo. Também indicou que poderá fazer concessões e debates para antes de finalizar as medidas.

- Quero dizer para eles que eles não terão problema na relação política com o Poder Executivo. Eu jamais mandarei para o Senado e para a Câmara um projeto que seja de interesse pessoal do presidente Lula ou de um partido político - disse.

Alcolumbre respondeu citando o "espírito colaborativo" e a necessidade de "apoiar a agenda do governo".

O governo se prepara para tentar tocar as prioridades neste início de ano, em lista que inclui a aprovação do Orçamento de 2025, da reforma do Imposto de Renda, com aumento da faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, e da regulamentação da **reforma tributária**.

Em mensagem enviada ao Congresso para a abertura do ano legislativo, Lula disse zelar pelo cumprimento de regras do arcabouço fiscal.

Em 2025, continuaremos a pautar nossa gestão pelo compromisso com o equilíbrio fiscal. Isso está expresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assim como no conjunto de medidas fiscais enviadas em novembro de 2024 ao Congresso Nacional, que permitirão economizar R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026, diz o documento assinado por Lula.

A mensagem do presidente também diz que a "indústria e o agronegócio estão fortes" e faz um gesto aos empreendedores. Esses são grupos ainda refratários ao governo. Desde a virada do ano, o Planalto trabalha para reverter a queda de popularidade e se cacifar para 2026.

O texto do presidente da República foi lido pelo deputado Carlos Veras (PT-PE), primeiro-secretário da Câmara. Também foi citado pelo presidente o objetivo de ter uma "relação harmônica entre os Poderes".

Na reunião que teve com Motta e Alcolumbre, segundo o colunista Lauro Jardim, Lula também se comprometeu com o novo presidente do Senado a destravar a proibição de pesquisas na região da Foz do Amazonas, que integra a Margem Equatorial.

Foi um gesto político importante, já que o estado do

parlamentar, o Amapá, seria o maior beneficiado com royalties a partir da futura exploração de petróleo em alto mar.

É a primeira vez que Lula faz uma promessa dessas deixando explícito que é uma decisão que será anunciada no curto prazo.

Havia uma preocupação generalizada entre os defensores da exploração na região de que quanto mais perto estivesse da COP30, marcada para novembro, mais difícil seria para o governo bater esse martelo. Entre os ambientalistas, há um consenso de que a área não deve ser sequer pesquisada.

Na conserva com Alcolumbre, Lula fez questão de eximir Marina Silva, contrária a exploração de petróleo no local, de culpa pela demora em que esse assunto tenha uma solução definitiva.

Antes das eleições do último sábado, Lula deu aval para que o PT e a base fechassem acordos para apoiar Alcolumbre e Motta. Os dois parlamentares, no entanto, não são governistas e fizeram também fizeram acordos com o PL, de Jair Bolsonaro, durante a campanha.

Em meio à polarização na Câmara, Motta destacou na abertura do ano legislativo que as diferenças são naturais e são superadas com o consenso. Ao abordar o impasse entre os poderes, o deputado também defendeu o diálogo.

- O trabalho conjunto dos três Poderes, independentes e harmônicos entre si, está no cerne do regime político do País, está no cerne da democracia que devemos todos venerar e defender - afirmou.

Presente também à solenidade do Legislativo, o presidente do STF adotou um tom de conciliação.

-Nós, os Três Poderes, estamos unidos pelo falar da Constituição. Nós temos bons sentimentos uns em relação aos outros. Mais do que a presença formal do presidente do STF, está o compromisso do Judiciário de sermos parceiros. Alguém me perguntou se houve recado. Entre nós não há recado, há diálogo, pensamento único só existe em ditaduras - disse o presidente do STF.

No início da noite, Motta definiu uma pauta leve e de consenso pra primeira semana de trabalhos, e também anunciou regras para evitar votações a toque de caixa.

O ritmo acelerado do ex-presidente Arthur Lira (PP-AL) para tocar as pautas em plenário, sem passar por comissões temáticas, e com relatórios divulgados em

cima da hora, incomodou parlamentares da esquerda à direita. Agora os textos terão que estar disponíveis na semana anterior à votação.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/04/governo-busca-aproximacao-com-nova-cupula-do-congresso-que-reefirma-posicao-de-independencia-nas-emendas.ghtml>

Pressão de Alcolumbre e aceno do Planalto: entenda por que Lula se comprometeu a liberar pesquisa na Margem Equatorial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se comprometeu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a destravar a proibição de pesquisas na região da Foz do Amazonas, que integra a Margem Equatorial, como informou o colunista Lauro Jardim, do GLOBO. O petista recebeu Alcolumbre e o presidente eleito da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), expôs as prioridades do governo e, pela primeira vez, fez uma promessa deixando explícito que a exploração é uma decisão que será anunciada no curto prazo. O tema enfrenta a resistência de ambientalistas e da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e divide alas do próprio governo às vésperas do país sediar a COP-30, em novembro.

Estima-se que na Margem Equatorial, que se estende por mais de 2,2 mil km, do Rio Grande do Norte até o Amapá, estado de Alcolumbre, existam reservas de 30 bilhões de barris de petróleo. O tema é defendido por Alcolumbre e por outros representantes do estado no Congresso, como o próprio líder do governo, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), que desejam seguir com a exploração em benefício do estado. A região é uma aposta da Petrobras para a produção de petróleo e gás em meio a grandes descobertas de reservas na Guiana e Suriname, próximos ao norte do Brasil.

Havia preocupação generalizada entre os defensores da exploração na região de que quanto mais perto estivesse da COP30, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, marcada para novembro, em Belém, mais difícil seria para o governo bater esse martelo. Entre os ambientalistas, há um consenso de que a área não deve ser sequer pesquisada. Eles alertam para possíveis impactos sobre a biodiversidade da região e comunidades tradicionais.

Ao presidente do Senado, Lula disse que o Brasil não pode abrir mão de receber os benefícios dessa riqueza. O governo calcula ainda que possa arrecadar R\$ 1 trilhão com a produção de petróleo na região. Falta à Petrobras autorização do Ibama para pesquisas na área, numa operação que precede a exploração de petróleo.

Questionado pelo g1 se tratou sobre o assunto com o presidente Lula, Alcolumbre confirmou:

- A gente falou de vários assuntos para o Brasil e naturalmente eu citei um assunto que acho muito relevante para o país (em referência a esse tema) - disse.

Lula sempre se mostrou a favor da exploração da região. Mas o Ibama ainda não liberou nem as pesquisas. Na semana passada, Rodrigo Agostinho, presidente do órgão ambiental, disse que não havia prazo para uma resposta ao pleito da estatal:

- Não consigo prever. A Petrobras apresentou um novo plano de emergência em dezembro, que está sendo analisado pela equipe.

Na conversa com Alcolumbre, Lula fez questão de eximir Marina Silva, sabidamente contrária à exploração de petróleo na Margem Equatorial, de culpa pela demora em que esse assunto tenha uma solução definitiva. Lembrou que Marina deixou de ser ministra do Meio Ambiente em 2008 (antes de retornar ao cargo em seu terceiro mandato). E que de lá para cá, outros governantes e ministros do Meio Ambiente não resolveram a questão.

Uma ala do governo já pressionava desde o ano passado para que a licença da Margem Equatorial fosse logo liberada. Agora, o entendimento é que o Brasil tem condições de surfar na onda do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de incentivo a combustíveis fósseis, sem chamar tanta atenção. Isso seria feito ao mesmo tempo em que o país sedia a COP e prega a preservação do meio ambiente. Ainda segundo integrantes do Ibama, a COP não interfere no andamento da licença.

Para preservar a COP, os ministros mais preocupados em acelerar o processo são Waldez Góes (Integração), Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Silveira (Minas e Energia), além da própria presidente da Petrobras, Magda Chambriand.

No Ibama, porém, acredita-se que a licença não sai antes de março. Isso porque a estatal ainda precisa concluir obras do Centro de Reabilitação e Despetrolização de Fauna (CRD) relacionado à

pesquisa. A unidade ficará no Oiapoque, no Amapá, extremo norte do país. O órgão ambiental precisa ainda verificar as instalações.

Segundo integrantes do governo, há necessidade de concluir todo o processo até o primeiro semestre. Se isso não ocorrer, a conferência poderia ser contaminada, como admitiu o próprio presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago, em entrevista ao GLOBO.

- O ideal é que chegássemos na COP já com um encaminhamento desse tema ou com, pelo menos, com uma grande maturidade.

Apesar do clima amistoso entre Lula e os presidentes eleitos, a volta dos trabalhos do Legislativo, ontem, foi novamente marcado por discursos com referência à crise das emendas parlamentares, parte delas bloqueadas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O assunto opõe governo e Congresso, numa disputa de poder sobre o controle do Orçamento.

À tarde, em abertura do ano legislativo, Motta e Alcolumbre disseram prezar pela "harmonia" entre Poderes, mas frisaram a independência do Poder Legislativo. O presidente do Senado foi o mais incisivo ao abordar o assunto.

- A controvérsia sobre emendas parlamentares ao Orçamento ilustra a necessidade de respeito mútuo e diálogo contínuo. As decisões do Supremo Tribunal Federal devem ser respeitadas, mas é igualmente indispensável garantir que este Parlamento não seja cerceado em sua função primordial de legislar e representar os interesses do povo brasileiro, inclusive, levando recursos e investimentos à sua região - disse Alcolumbre.

No compromisso entre Lula e os chefes de Câmara e Senado, o presidente sinalizou que irá informar ao Legislativo cada passo sobre a pauta prioritária do governo. Também indicou que poderá fazer concessões e debates para antes de finalizar as medidas.

- Quero dizer para eles que eles não terão problema na relação política com o Poder Executivo. Eu jamais mandarei para o Senado e para a Câmara um projeto que seja de interesse pessoal do presidente Lula ou de um partido político - disse.

Alcolumbre respondeu citando o "espírito colaborativo" e a necessidade de "apoiar a agenda do governo".

O governo se prepara para tentar tocar as prioridades neste início de ano, em lista que inclui a aprovação do Orçamento de 2025, da reforma do Imposto de Renda,

com aumento da faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, e da regulamentação da **reforma tributária**.

Em mensagem enviada ao Congresso para a abertura do ano legislativo, Lula disse zelar pelo cumprimento de regras do arcabouço fiscal.

"Em 2025, continuaremos a pautar nossa gestão pelo compromisso com o equilíbrio fiscal. Isso está expresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assim como no conjunto de medidas fiscais enviadas em novembro de 2024 ao Congresso Nacional, que permitirão economizar R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026", diz o documento assinado por Lula.

No início da noite, Motta definiu uma pauta leve e de consenso para primeira semana de trabalhos, e também anunciou regras para evitar votações a toque de caixa. O ritmo acelerado do ex-presidente Arthur Lira (PP-AL) para tocar as pautas em plenário, sem passar por comissões temáticas, e com relatórios divulgados em cima da hora, incomodou parlamentares da esquerda à direita. Agora os textos terão que estar disponíveis na semana anterior à votação.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/04/pres-sao-de-alcolumbre-e-aceno-do-planalto-entenda-por-que-lula-se-comprometeu-a-liberar-pesquisa-na-margem-equatorial.ghtml>

Tarifas causarão inflação elevada, dizem analistas

Os EUA adiaram por um mês a imposição de tarifas elevadas contra produtos importados do Canadá e do México. A avaliação repetida por economistas é que se a nova política entrar em vigor haverá um impacto direto nos preços pagos pelos americanos por bens e insumos trazidos dos dois países.

O presidente americano, Donald Trump, assinou no sábado a criação de tarifas de 25% para produtos do Canadá e do México e de 10% para produtos da China. As novas regras começariam a valer a partir de hoje.

Mas um acordo firmado ontem com os dois governos vizinhos levaram à paralisação dos planos de Washington. No caso da China, as tarifas de 10% - adi-

cionais às já existentes - começam a valer nesta terça.

Se os acordos com os canadenses e mexicanos não prosperarem e as taxações vierem a ser impostas, economistas preveem um reflexo para os consumidores.

"Poucas cadeias de suprimentos serão capazes de absorver totalmente os **impostos** de 25%, tornando os custos de repasse inevitáveis", afirmou ao Valor Andrew Wilson, Secretário-Geral Adjunto da Câmara de Comércio Internacional (ICC).

As idas e vindas sobre as tarifas - a duração e o alcance que elas terão - ainda alimentam muita incerteza sobre o tamanho do impacto.

Mas alguns cenários apontam para um incremento de 0,4 ponto percentual na **inflação** deste ano - em razão de todas as tarifas. Em dezembro, a **inflação** anual

americana fechou em 2,9%.

"É impossível dizer [qual será o impacto]. Isso dependerá de muitas variáveis, incluindo a força do dólar. O que podemos dizer é que qualquer nova tarifa criará uma grande incerteza para as perspectivas de **inflação** nos EUA", disse Wilson, acrescentando que é um quadro que precisará ser monitorado de perto pelo Federal Reserve.

Muitos americanos procuraram se antecipar a este

momento.

"Em novembro e dezembro, logo depois das eleições, tivemos uma alta no número de pessoas dizendo que era o momento de comprar bens duráveis, antes que os preços subissem por conta das tarifas. E vimos mesmo uma alta na venda de carros, no fim do ano, de pessoas tentando evitar a alta dos preços", disse à reportagem a

economista Joanne Hsu, da Universidade de Michigan.

Ela destaca um ponto: a insatisfação que já dura alguns anos dos consumidores americanos com os preços.

A **inflação** chegou a mais em 2022. Depois recuou, mas muitos preços se mantiveram altos.

Na eleição presidencial de outubro, Trump usou boa parte de sua campanha acusando o então governo de Joe Biden de atuar com inépcia contra a alta dos preços e prometeu ser um antídoto a isso.

"Trump teve muitos eleitores que o apoiaram esperando que ele não apenas reduzisse a **inflação**, mas principalmente reduzisse os preços. E é bastante difícil ver como as tarifas vão produzir esse resultado", disse Hsu.

"Americanos vêm dizendo que **inflação** e a economia é a grande

prioridade para elas", lembra ela. Se as tarifas elevadas de importação não forem só um blefe de Trump e se começarem a pressionar os preços, a disposição dos eleitores será posta a teste. "Não acho que terão muito mais paciência com uma nova alta da **inflação**", avalia a economista.

Economistas listam alguns dos produtos que teriam seus preços mais afetados. Por exemplo, máquinas do Canadá; eletrônicos e móveis da China; alimentos e automóveis do México.

No fim de semana, o presidente americano, que tomou posse em janeiro, afirmou que sua política tarifária poderia causar "alguma dor" nos americanos, mas que, por fim, valeriam a pena. Disse também que produtos europeus estão no seu radar para um nova

rodada de tarifas.

Para Hsu, preços altos relacio-

nados a novas tarifas causarão um sentimento de grande frustração de uma parcela dos consumidores e eleitores.

"Logo depois da pandemia, o consumo se manteve robusto porque o mercado de trabalho estava aquecido e a renda estava elevada. O mercado de trabalho agora não está mais tão forte quanto antes. E os consumidores estão cansados de preços altos."

Os cálculos de Gregory Daco, economista-chefe da consultoria EY, apontam que se os produtos canadenses, mexicanos e chineses forem taxados como previsto, a economia dos EUA crescerá 1,5% este ano, ante 2,8% em 2024. Em 2026, o país crescerá 2,1%.

"De modo geral, é difícil ver como qualquer imposição de tarifas a longo prazo acabará fortalecendo a economia dos EUA", afirma Wilson.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1§ion=1)**

Governo negocia vaga para Pacheco virar ministro

JENIFFER GULARTE.E SÉRGIO ROXO E VICTORIA ABEL

Articuladores políticos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão encarregados de costurar a entrada do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no governo. No sábado, data em que o parlamentar deixou o comando do Congresso, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), avisou a Pacheco que gostaria de conversar com ele nos próximos dias sobre espaços na Esplanada dos Ministérios.

Aliados do agora ex-presidente do Senado têm expectativa de que definições sobre qual pasta o parlamentar ocupará podem ocorrer até sexta-feira, período em Pacheco ainda estará em Brasília. A partir da próxima semana, o senador vai tirar 15 dias de férias, somados ao feriado de carnaval.

-Quero conversar para saber qual é a vontade dele. Tem muita gente falando coisas e não sei o que ele quer. Todo mundo arrisca dizer que o sonho dele seria ir para o Supremo, mas nunca ouvi isso literalmente - disse Wagner.

Interlocutores de Pacheco afirmam que há pelo menos três meses Lula vem repetindo, em conversas privadas com o senador, que gostaria que ele fizesse parte do governo.

Ainda que Lula não tenha indicado qual seria esse espaço, a expectativa também é replicada por líderes do governo e ministros palacianos.

O espaço mais citado reservadamente é o Ministério de Indústria e Comércio, atualmente ocupado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. A ala do governo que é entusiasta da ideia aponta que o parlamentar poderia ser uma ponte entre Lula e o empresariado mineiro, que atualmente órbita em torno do governador Romeu Zema (Novo). O nome de Pacheco também é lembrado para os ministérios da Justiça e Ciência e Tecnologia.

Lula vem refletindo nas últimas semanas sobre troca ministerial com foco em acordos para eleições de 2026, em azeitar relação com Congresso e melhora na popularidade.

COMPASSO DE ESPERA

Articuladores do presidente devem usar esta semana para preparar terreno junto a Pacheco. Já interlocutores do parlamentar confirmam que há um movimento em curso para ele ir para o governo, mas que o senador aguarda convite vindo de Lula para então avaliar se vai aceitá-lo.

Devem pesar nesse cálculo se a eventual entrada de Pacheco será um movimento partidário, de aproximação com PSD, ou uma escolha de cota pessoal de Lula, além dos compromissos que o presidente pedirá ao senador se formalizar o convite para integrar o governo.

Na última quinta-feira, Lula defendeu nome de Pacheco para concorrer ao governo de Minas Gerais em 2026. O presidente deseja ter candidatura do senador como palanque no segundo maior colégio eleitoral do país:

- O que eu quero é que o Pacheco seja governador de Minas Gerais -afirmou Lula a jornalistas.

Auxiliares de Lula tentam atrelar o ingresso de Pacheco no governo ao compromisso de ele concorrer ao governo de Minas. Aliados do senador, no entanto, consideram improvável que o parlamentar vá cancelar esse compromisso com tanta antecedência.

Além de não demonstrar claro apetite para disputar o Palácio Tiradentes, Pacheco não tem perfil de antecipar movimentos políticos e indica a pessoas próximas que vai esperar o cenário político e econômico do ano que vem para definir se irá ou não disputar a eleição.

REFORMA MINISTERIAL

Passada a eleição do Congresso, integrantes do governo e líderes da base têm a expectativa de que Lula anuncie ainda nesta semana as trocas de ministros em sua equipe. O presidente estava aguardando a nova configuração do Legislativo para definir as trocas em conjunto com deputados e senadores, afirmam interlocutores.

Aliados de Hugo Motta (Republicanos-PB), novo presidente da Câmara, afirmam que ele deve tentar convencer Lula da necessidade da substituição de

Alexandre Padilha na Secretaria de Relações Institucionais do Planalto, pasta responsável pela mediação do Congresso com o Executivo. Padilha é alvo de queixas e já foi duramente criticado pelo ex-chefe da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

A mudança na articulação política é considerada a mais fundamental pelos líderes do Centrão, já que há projetos importantes a serem negociados pelo Palácio do Planalto com o Congresso, como a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Especialistas veem governo frágil para negociar reforma ministerial com o Centrão

Especialistas nas relações entre os Poderes, os cientistas políticos Marcus André Mello (UF-PE) e Carlos Pereira (FGV) convergem para o mesmo diagnóstico em relação à nova configuração institucional com as vitórias de Davi Alcolumbre e Hugo Motta, para os comandos, respectivamente, do Senado e da Câmara: o governo chega fragilizado para negociar com o Legislativo e a possibilidade de uma ampliação da aliança para concorrerem 2026 diminui.

Para Mello, a **reforma ministerial** tende a apresentar um dilema para Lula: o governo necessita de marca para disputar 2026 e de apoio do Centrão para manter governabilidade. Não há como conciliar as duas coisas. Se Lula abrir espaço em seu governo para acomodar o Centrão, que está sub-representado no primeiro escalão, terá ainda mais dificuldade de construir uma marca. E se optar por tentar avançar com uma agenda propositiva voltada para 2026 centrada em seu próprio grupo político terá a governabilidade comprometida.

"É um governo que não tem marca e que está estreando agora o problema da governabilidade. Se o governo cede os anéis dos dedos ao Centrão, não terá problema de governabilidade, mas terá que deixar de buscar a aprovação de muitas matérias de interesse da sua agenda", comentou.

Para Mello, uma **reforma ministerial** ampla pode não fortalecer uma eventual candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a um novo mandato. "Ele não pode chegar a 2026 sem marca, e, na medida em que cede ao Centrão, o incorpora. Isso reduz mais ainda a sua capacidade de criar marcas. Seria um governo claramente não petista", afirmou.

Carlos Pereira prevê que o governo cederá pouco poder do PT a aliados na **reforma ministerial**, o que deve multiplicar derrotas do governo no Congresso e tornar o custo da governabilidade cada vez mais alto.

"O PT não tem sido, ao longo de sua história, um bom gerente de coalizão", disse. De acordo com Pereira, a pressão sobre Lula aumentou depois da eleição municipal do ano passado, em que partidos do Centrão que estão no primeiro escalão, como PSD, MDB, PP, Republicanos e União Brasil, tiveram desempenho melhor do que o das siglas que

integraram a campanha do presidente em 2022. Uma mudança radical é improvável porque este Lula não sinalizou para isso com o crescimento da especulação sobre a icla para o Ministério da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

A sub-representação do Centrão no governo deve impactar a pauta de interesse do Executivo no Legislativo, em sua opinião. "O governo vai enfrentar cada vez mais derrotas e o custo da governabilidade vai ser cada vez mais caro", prevê.

Tanto Mello quanto Pereira citam levantamentos recentes, publicados pela imprensa, que mostram que Lula tem o pior desempenho do Executivo nos últimos 30 anos. Segundo o jornal "O Globo", Lula teve 28 vetos derrubados entre 2023 e 2024, ante 24 de Jair Bolsonaro no mesmo período. No caso de Dilma Rouseff, não houve vetos derrubados no primeiro biênio. O mesmo se passou no primeiro mandato de Lula e nos dois primeiros anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Levantamento publicado na "Folha de S.Paulo" indicou que das 133 medidas provisórias

editadas por Lula entre 2023 e 2024, 76 caducaram. No caso do primeiro biênio de Bolsonaro, foram 65. No de Dilma, 6. No do primeiro mandato de Lula, houve uma MP rejeitada.

Mello lembra que há três razões de natureza estrutural para o pior desempenho legislativo de Lula, cujo efeito tem natureza cumulativa. O primeiro é o da mudança do rito das medidas provisórias, que tiveram a reedição limitada. Na gestão de Arthur Lira (PP-AL) como presidente da Câmara, a casa se recusou a instalar as comissões mistas para o exame das MPs, em sua maioria apensadas a projetos de lei. O segundo motivo estrutural foi a criação do financiamento público dos partidos, o que os levou a dependerem menos dos governos. O terceiro foi a impositividade das emendas parlamentares, crescente desde 2015.

Mello disse que os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 deram um fôlego ao governo federal, por constrangerem a oposição, mas ressalta que esse fator já se dissipou.

A presença de Alcolumbre e Motta à frente das casas

legislativas tem potencial de turvar mais o cenário. Pereira diz ter visto com estranheza o papel passivo de Lula no processo eleitoral interno do Legislativo. "O presidente praticamente não teve escolha, as duas alternativas foram colocadas à mesa e o PT sequer conjecturou construir alternativas", disse o cientista político.

§ion=1

Para Pereira, Lula perdeu a oportunidade de usar a **reforma ministerial** como instrumento para influenciar a escolha das mesas diretoras.

Caso tivesse feito isso, em sua visão, seria possível impedir que o PL recebesse as vice-presidências das duas Casas, respectivamente com o senador Eduardo Gomes (TO) e o deputado Altineu Cortês (RJ). O PL ganhou posições estratégicas para ameaçar o governo de forma permanente, que não tinha nas mesas diretoras anteriores. "Ele perdeu o timing da **reforma ministerial**, porque se tivesse feito isso antes acalmaria

parceiros que perderam espaço", afirmou. O PSD deixou de ter a presidência do Senado e o PP, a presidência da Câmara.

Tanto Mello quanto Pereira avaliam que o embate entre o STF e o Congresso serve de anteparo à frágil base legislativa do governo. Desde dezembro de 2022 o Supremo coloca obstáculos para a execução das emendas, devido à pouca transparência. "Não é um caso apenas do Brasil. Toda vez que há uma divisão entre Executivo e Legislativo o Judiciário se agiganta", comenta Mello.

Na disputa entre o Congresso e o Judiciário, a vantagem está com o Supremo, de acordo com Pereira. "O Legislativo se mobiliza em relação a esse ponto, mas não tomou nenhuma iniciativa concreta. É muito custoso para o Congresso impor perdas ao Judiciário, e o Supremo sabe disso", comenta. Para ele, "a corte sabe que as ameaças são fundamentalmente retóricas". Isso teria las-treado a posição inflexível até o momento do relator das ações sobre as emendas parlamentares, ministro Flávio Dino.

Na visão de Pereira, quanto maior a impositividade do Orçamento, mais benefício político ganha a oposição, que não pode contar com a boa vontade do Executivo para atender seus pleitos. Quando a impositividade recebe restrições, aumenta a capacidade do governo de usar os recursos de forma politicamente estratégica. De modo indireto, Dino se torna funcional ao governo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1>

Governo quer reforma do IR

JÚLIA PORTELA

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, ontem, que o governo pretende encaminhar o projeto de lei que prevê a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil ainda neste ano.

Segundo ele, a reforma do Imposto de Renda é uma das prioridades do Ministério da Fazenda, mas o projeto ainda não tem uma data para a apresentação da proposta ao Legislativo. "Não tem data [para enviar o projeto ao Congresso], mas o próprio ministro Fernando Haddad (Fazenda) já anunciou que a Reforma da Renda é uma das prioridades", disse Padilha aos jornalistas, após a reunião em que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu os novos presidentes da Câmara e do Senado, o deputado Hugo Motta (Republicanos -PB) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP). "Nosso esforço é aprovar em 2025 para começar a valer em 2026", acrescentou Padilha.

Atualmente, a cobrança do IR segue uma tabela escalonada, em que rendimentos até R\$ 2.259,20 são isentos. A partir desse valor, as alíquotas variam entre 7,5% e 27,5%, dependendo da faixa salarial.

Segundo técnicos, a simples elevação da faixa de isenção exigiria ajustes em toda a tabela, devido ao efeito cascata na arrecadação.

Em 2024, o governo elevou o valor de isenção do Imposto de Renda R\$ 2.640 para R\$ 2.824, o equivalente a dois salários mínimos daquela época. E, para isso, o governo utiliza um desconto simplificado automático, modelo que deve ser atualizado anualmente.

Com o salário mínimo corrigido de R\$ 1.412, no ano passado, para R\$ 1.518, neste ano, a faixa de isenção precisará ser elevada para R\$ 3.036, segundo o ministro.

"Nesses dois anos, junto com o Congresso, nós levamos a isenção do Imposto de Renda até quem ganha dois salários mínimos, pouco mais de R\$ 3 mil hoje.

Nós vamos avançar até quem ganha R\$ 5 mil, prioridade absoluta da aprovação dessa reforma da renda ao longo do ano. Esta é a nossa meta", declarou Padilha.

A isenção para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, contudo, já foi prometida em outras campanhas e por vários candidatos, mas existem elevados riscos fiscais para essa medida ser implementada.

Estimativas de fontes da Esplanada sobre o impacto nas contas públicas variavam de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano - algo entre 0,3% e 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O ministro também reforçou que o governo tem espírito "não intervencionista" nos preços dos alimentos, e que o assunto não foi discutido com a cúpula do Congresso.

Ploa de 2025

Segundo o ministro Padilha, o governo trabalha para aprovar "o mais rápido possível" o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025. A peça orçamentária deveria ter sido votada ainda em 2024, mas ficou para este ano. Com isso, o governo pode gastar apenas valores essenciais, o que trava investimentos previstos pelo Executivo. Ele ainda disse que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) realizará uma revisão do Orçamento de 2025 antes da votação no Congresso. "A Junta de Execução Orçamentária se reuniu, na semana passada, e vai fechar a proposta de como redesenhar o orçamento a partir do impacto das medidas que aprovamos no final do ano passado", afirmou.

No sábado, o relator do Orçamento de 2025 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Ângelo Coronel (PSD-BA), disse que o Orçamento deve ser votado até 10 de março, primeiro dia útil após o carnaval.

"Acredito que, durante este mês de fevereiro, as comissões serão instaladas e nós vamos ampliar discussões na CMO para deixar tudo pronto para que no fim do mês, no mais tardar após o carnaval, a gente leve a voto na CMO e, no Plenário, do Congresso. Acredito que a previsão mais racional é 10 de março, por questão de muitas coisas que deverão ser ajustadas neste mês de fevereiro. Tem que ter calma", disse o parlamentar.

**

Lula prevê alta de 3,5% no **PIB**

O deputado federal e primeirosecretário da Câmara, Carlos Veras (PT-PE), fez a leitura da mensagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao Congresso na abertura dos trabalhos legislativos durante sessão solene na tarde de ontem. Na carta, o chefe do Executivo ressaltou o crescimento do país desde que assumiu e reforçou que a projeção atual aponta para uma alta de 3,5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024, após avanço de 3,2% em 2023. "A economia cresce mais, com mais investimentos, consumo, exportações e inovação. A indústria e o agronegócio estão mais fortes.

A produtividade aumentou e o desemprego caiu", disse a mensagem. O resultado do **PIB** do ano passado será divulgado dia 6 de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6946/04-02-2025.html?all=1>

Como retomar os investimentos públicos - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O que mais assusta pessoas que estudam situação das contas da União, estados e municípios é o elevado aumento da participação do componente previdência no total do gasto não financeiro (GNF), especialmente no caso federal, que se pode mais facilmente constatar, e em cuja definição alguns costumam incluir o BPC, sigla do Benefício de Prestação Continuada, um benefício tipicamente assistencial e concedido pela União a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência.

Caso também incluíssemos outras transferências de renda como o Bolsa família, o abono salarial do PIS/PASEP, o seguro-desemprego e o seguro-defeso nessa mesma conta, veríamos uma situação de comprometimento de orçamento ainda mais complicada para os governos administrarem. Em essência, o que os dados mostram com clareza é que, basicamente nos últimos 37 anos, bastando que somemos os gastos com Pre-

vidência e o BPC, o resultado agregado desse tipo de gasto terá saltado, na União, de 22,3% para não menos do que 56,2% do GNF total, algo chocante.

Nessas condições, é fundamental examinar com atenção esse assunto, para que, ao final, possamos propor soluções efetivamente capazes de promo-

ver o equacionamento dos resultados desfavoráveis que mais nos afligem, especialmente a partir da área previdenciária, algo que vem culminando na resultante desabada dos investimentos em infraestrutura e das taxas de crescimento do **PIB** e do emprego que, como seria de se esperar, lhes acompanhariam.

A partir desse ponto, po-der-se-ia passar à tarefa de encontrar os melhores caminhos para reconstruir o espaço orçamentário requerido para expandir os investimentos, espaço esse que praticamente desapareceu nos últimos tempos. Na previdência, o que se trata de fazer é, basicamente, zerar os passivos atuariais respectivos. Já no tocante aos benefícios assistenciais, uma novidade de grande impacto e bastante desfavorável que surgiu foi um volume gigantesco de fraudes na gestão desses itens, o que pressiona fortemente para cima os gastos por conta de tais eventos indesejáveis, à espera de um

combate acirrado de parte das autoridades da área.

O que a União tem feito para reagir a essa situação?

Além de reformas pontuais nas regras ligadas aos benefícios, mas sem alterar o modelo de financiamento da previdência, basicamente, ela partiu para encolher ao máximo os investimentos em infraestrutura, que é o item menos rígido do orçamento, embora seja exatamente o que faz a economia crescer, algo cuja busca praticamente abandonamos, na própria sequência dos acontecimentos.

Por mais que as pessoas passem, dos anos 80 até

2022, primeiro tivemos uma taxa de investimento do setor público/União, que era de 5,1% em 1987, caindo para 0,6% do **PIB** em

2023. Ou seja, o investimento público federal quase desapareceu. Esse sendo, então, o "x" da questão econômica de prazo mais longo com que o país ainda hoje se defronta.

Qual é a principal questão que está na raiz da explicação da situação acima descrita?

Nada mais nada menos do que o aumento da velocidade do envelhecimento da população brasileira, lembrando que, na gestão dos benefícios previdenciários, predominam, por aqui, tanto quanto na maioria dos países, os regimes de repartição simples -RRS.

Para os que não conhecem bem o tema RRS, em tais regimes, os idosos (isto é, os que se credenciam para obter seus benefícios tipicamente com idade acima de 65 anos) têm suas aposentadorias cobertas por contribuições pagas basicamente pelos contribuintes que estão ativos no mercado de trabalho e são formais (empregados, contribuintes individuais e empregadores), que se situam na faixa entre 15 e 65 anos (e são, portanto, parte da População em Idade Ativa-PIA).

Então, de tal forma o número de idosos cresceu - e continua crescendo -, que, em breve, o financiamento desses regimes não terá mais como se basear apenas nas atuais cobranças de contribuições, pois os défi-cits financeiros vão ficando gigantescos.

Site:

<https://files.digital.em.com.br/flip/1/7628/263734/original.pdf>

A bola está com Lula - ELIANE CANTANHÊDE

ELIANE CANTANHÊDE

Arelação do Planalto com o Congresso está diretamente vinculada à popularidade e à capacidade do presidente Lula de sair do fundo do poço e recuperar o fôlego, principalmente na economia, na gestão e na imagem. Disso dependem a pauta do governo nas várias áreas e uma questão delicada, fundamental nas eleições de 2026: a anistia para os condenados pelo 8 de Janeiro e, de quebra, Jair Bolsonaro.

Se tudo está atrelado à economia, inclusive a popularidade de Lula, como conceber um ministro da Fazenda "fraco", que perdeu a guerra interna para o chefe da Casa Civil, Rui Costa, e é ameaçado o tempo todo pelo velho populismo e a coceira intervencionista do PT? Lula depende do governo, que depende de uma economia azeitada, que depende de equilíbrio fiscal, que depende de um ministro da Fazenda forte.

Ou todos vão se estatelar.

Parênteses: Fernando Haddad e Rui Costa batem de frente quanto a arcabouço fiscal, corte de gastos, intervenção em preços, relação com o mercado, ceder ou não à tentação populista.

Mas, se brigam por tudo, estão unidos contra a eventual chegada de Gleisi Hoffmann ao Planalto, que tende a trazer as posições do PT para o coração do poder e se meter, sem o menor constrangimento, na economia e na gestão do governo. Agora, pertinho dos ouvidos sensíveis do presidente.

Lula e Haddad entraram em 2025 sob desconfiança e críticas de Congresso, mercado, boa parte da mídia e em especial das redes sociais, por mudanças mal explicadas do Pix, volta atrás, **inflação** de alimentos, o difícil equilíbrio entre política e economia nos preços de combustíveis, derrota para a dengue, aprovação menor que a desaprovção...

E as ameaças de Donald Trump no ar.

O Congresso segue os humores da sociedade e é suscetível à percepção de que o governo está sem marca e sem rumo e que, como disse Gilberto Kassab, Lula perderia se a eleição fosse hoje e Haddad é "fraco", o que projeta dificuldades com Câmara e

Senado, independentemente dos novos presidentes, Hugo Motta e Davi Alcolumbre. Além de atentos aos ventos "de fora", eles também são aos "de dentro" - do próprio Congresso.

Logo, a bola está com Lula.

Ele ganhou um respiro com o desemprego de 2024 no menor índice da série histórica, queda dos preços dos alimentos no atacado pela primeira vez em dez meses, o dólar abaixo de R\$ 6 (só não se sabe até quando) e a nova Quaest, em que ele bate todos os potenciais adversários de 2026 - uma boa resposta para Kassab. Porém, uma explicação é que Lula não tem substituto na esquerda, enquanto a oposição tem uma profusão de nomes.

E se, ou quando, a direita se unir? I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Corte assistencial não torna o país mais forte

É fácil censurar ajuda a outros países. O dinheiro é frequentemente desperdiçado ou roubado. É difícil ver seus benefícios. E, domesticamente, ela não agrada tanto assim aos eleitores. O que a torna um alvo ideal para Donald Trump, cujo slogan é os "EUA em Primeiro Lugar".

Mas quando tantas assistências a tantos necessitados no mundo desaparecem da noite para o dia, como ocorreu quando o Departamento de Estado ordenou que quase todas as ajudas fossem cortadas, no dia 24, o dano foi visível por toda parte. Clínicas fecharam as portas; medicamentos antirretrovirais para tratar os infectados com HIV desapareceram; ações de controle de outros vírus cessaram; iniciativas de remoção de minas cessaram; apoios a refugiados se esvaíram.

Instalações apoiadas pelos americanos que mantinham combatentes do Estado Islâmico presos na Síria obtiveram uma prorrogação de duas semanas para continuar recebendo recursos, o que não chega a ser reconfortante.

Isso veio como um presente para a China, que compete com os EUA por supremacia em poder brando. Por que um presidente americano, mesmo tão imprudente quanto Trump, prejudicaria de maneira tão desenfreada os interesses de seu país?

DESINFORMAÇÃO. Um dos motivos é a opinião pública. Os americanos acham que as ajudas consomem 25% do orçamento federal, segundo pesquisas.

O número real é mais próximo a 1% (US\$ 68 bilhões, em 2023, sem contar a maior parte da ajuda à Ucrânia). O que equivale a um modesto 0,25% do **PIB**.

O novo governo age corretamente ao rever os gastos, mas um governo responsável preferiria não causar danos no início.

Dado que os EUA fornecem 40% de toda a ajuda humanitária, Washington deveria permitir que o trabalho continuasse enquanto suas autoridades avaliam o que manter, mudar ou cortar.

Trump fez o contrário: primeiro, interrompendo a ajuda, para depois decidir caso a caso o que deverá ou não ser retomado após 90 dias. A confusão que se seguiu era previsível. Marco Rubio, secretário de Estado, teve de voltar atrás. Ele anunciou uma isenção para "assistências humanitárias que salvam vidas" -

embora não tenha ficado claro o que isso signifique.

O caos resultante pode ter várias explicações. Uma é que não foi intencional. Trump frequentemente nomeia autoridades por sua lealdade, não competência. Muitas funções permanecem vagas. Ou seu pessoal pode estar ansioso para demonstrar zelo. O decreto de Trump determinou que os departamentos pausassem "novas obrigações e gastos de assistência ao desenvolvimento".

Rubio foi além, interrompendo programas existentes, incluindo projetos humanitários, de segurança e de desenvolvimento econômico.

CAOS. A ideologia também pode ter culpa. O governo está usando a tática de choque e pavor para erradicar o pensamento "lacrador" e esmagar o Estado profundo. Talvez queira mostrar que a política "EUA em Primeiro Lugar" quer dizer realmente o que afirma: que o restante do mundo vem em segundo lugar. E pode ser que Trump esteja se deleitando com o caos. Em um mundo anárquico, os fortes prevalecem, e nenhum país é mais forte do que os EUA.

A explicação verdadeira, provavelmente, envolve uma mescla de todos esses elementos. O que resulta numa formulação de políticas errática e impiedosa.

Assim como a demonização dos imigrantes, infligir crueldade no exterior pode ser um objetivo em si.

Convertido tardiamente à política "EUA em Primeiro Lugar", Rubio quer vê-la moldando a política externa. O secretário de Estado afirma que os outros países abusaram da ordem construída pelos americanos "para servir aos seus interesses".

E insiste que cada dólar gasto deve tornar os EUA mais seguros, mais fortes ou mais prósperos.

Nesta semana, Rubio aprendeu uma lição a respeito de consequências não pretendidas.

Arriscar uma fuga em massa de jihadistas torna os EUA menos seguros. Ocasionar miséria afasta amigos e aliados, o que torna os EUA mais fracos.

E um mundo mais pobre acabará tornando também os EUA mais pobres. A generosidade de Washington não é mera caridade.

As ajudas externas que criam um mundo mais estável

e rico atendem ao interesse maior dos EUA - ou dos
"EUA em Primeiro Lugar", se preferir.

I TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alimentos pesam e inflação dos mais pobres chega a 5,14% em São Paulo

Custo da alimentação sobe mais de 8% para consumidores das classes D e E, quase um ponto acima do estrato de maior renda

Os brasileiros de menor renda estão pagando a maior parte da conta da disparada da **inflação** de alimentos. O custo de vida das famílias das classes E e D, com renda de até três salários mínimos (R\$ 4.554), subiu 5,14% no ano passado na Região Metropolitana de São Paulo, superando a média da **inflação** dos paulistanos como um todo no período, que foi de 4,97%. Os dados são da Federação do Comércio do Estado de

São Paulo (Fecomercio-SP).

Já no caso das famílias de maior renda, das classes C, B e A, a alta do custo de vida foi um pouco menor no mesmo período e avançou 4,94%, 4,87% e 4,70%, respectivamente, em 2024.

Os cálculos foram feitos pela entidade a partir dos dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA), a medida oficial de **inflação**, para a Região Metropolitana São Paulo. As informações, apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram reponderadas para os diferentes estratos sociais da população que vive na região, explicou o economista da entidade Guilherme Dietze.

A diferença entre a **inflação** geral dos paulistanos mais pobres e a dos paulistanos com

maior renda foi de quase 0,5 ponto porcentual ao longo de 2024, e o principal motivo foi a disparada de preços do grupo alimentação. Na classe E, por exemplo, que é a base da pirâmide social, os gastos com alimentação comprometem cerca de 30% do orçamento domiciliar.

CARNES. "A alta de preços dos alimentos foi a grande vilã que levou a grandes diferenças do custo de vida entre as classes sociais", afirma Dietze. Para as classes E e D, o custo da alimentação subiu 8,24% e 8,19%, respectivamente, no ano passado. É quase um ponto porcentual acima do desembolso feito pe-

las classes de maior renda (7,26%, para consumidores da classe A, e 7,4% da classe B).

Ele lembra que os preços dos alimentos foram afetados no início do ano passado pelo efeito do fenômeno climático El Niño. Depois, houve uma certa estabilização. Mas, no fim de 2024, a situação piorou em razão da disparada de preço das carnes - que respondem pela maior fatia das despesas com alimentação, com participação de 2,8% no índice geral. Por estrato social, elas pesam 4,7%, para a classe E, e 5% para a classe D, enquanto respondem por 1,2% do custo de vida das famílias de maior renda, da classe

A, que ganham mais de dez salários mínimos, aponta o estudo.

Só em dezembro, as carnes ficaram 7,03% mais caras, estimuladas pelas festas de fim de ano. Somada a outras altas, como do óleo de soja (6,3%) e do leite em pó (2,1%), o grupo alimentos e bebidas subiu 1,81% só no último mês de 2024.

Além da alimentação, o gasto com transportes também afetou o orçamento dos mais pobres. O grupo encerrou o ano passado com alta de 4,91% na Região Metropolitana de São Paulo. Em dezembro, o aumento no custo dos transportes para a classe E foi três vezes maior do que para a classe A - de 1,16%, ante 0,40%. Considerando todo o ano de 2024, a alta dos gastos com transportes atingiu 5,53%, para a classe E, e 4,12% para consumidores de maior renda. É uma diferença de quase 1,5 ponto porcentual, mostra o estudo da Fecomercio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado volta a elevar projeções para inflação em 2025 e 2026, mostra Focus

A previsão para o IPCA subiu pela 16.ª semana consecutiva no último relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central. A mediana do índice de 2025 aumentou de 5,5% para 5,51% - 1,01 ponto porcentual

acima do teto da meta, de 4,5%. Um mês antes, a projeção era de 4,99%. Para 2026, avançou de 4,22% para 4,28%. No mês passado, estava em 4,03%.

A partir deste ano, a meta começa a ser apurada de forma contínua, com base na **inflação** acumulada em 12 meses. O centro continua em 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. Se o IPCA ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, o Banco Central perdeu o alvo.

Já a mediana do relatório Focus para a Selic no fim de 2025 permaneceu estável pela quarta

semana consecutiva, em 15%. Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou os juros de 12,25% para 13,25%. O colegiado reiterou a sinalização de mais uma alta de 1 ponto porcentual, a 14,25%, na sua próxima reunião, em março.

A mediana para os juros no fim de 2026 também ficou estável, em 12,50%. Um mês antes, era de 12%. A estimativa intermediária para o fim de 2027 se manteve em 10,38%, ante 10% quatro semanas antes. A mediana para a Selic no fim de 2028 se manteve em 10% pela sexta semana consecutiva.

No **comunicado** da última quarta-feira, o Copom afirmou que a elevação dos juros é "compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para o re-

dor da meta". O colegiado espera **inflação** de 5,2%, em 2025, e de 4,0% no terceiro trimestre de 2026 - o horizonte relevante da política monetária.

PIB. A mediana do relatório Focus para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2025 ficou estável em 2,06%. Um mês antes, estava em 2,02%. A estimativa intermediária para 2026 permaneceu em 1,72%. Um mês atrás, era de 1,8%. A mediana para o crescimento do **PIB** de 2027 continuou em 1,96%. A estimativa intermediária para 2028 ficou estável em 2%, como já está há 48 semanas. O BC espera que a economia brasileira cresça 3,5%, em 2024, e 2,1% neste ano, conforme o mais recente Relatório

Trimestral de **Inflação** (RTI).

PREÇOS ADMINISTRADOS. A

mediana do relatório Focus para a **inflação** de preços administrados em 2025 aumentou de 4,83% para 4,85%. Um mês antes, estava em 4,42%. A projeção para 2026 ficou estável em 4,19%. Quatro semanas antes, estava em 4%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Barroso diz que país volta à normalidade e que cabe ao STF temas 'sensíveis'

DANIEL GULLINO E MARIANA MUNIZ

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, celebrou ontem a volta do Brasil "à normalidade plena" e defendeu o papel do Judiciário para lidar com as "questões mais complexas e divisivas" da sociedade brasileira.

O discurso de Barroso ocorreu na cerimônia de abertura do ano judiciário, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republica-nos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União -AP).

- Aqui deste plenário, que foi invadido, queimado, inundado e depredado com imensa fúria antidemocrática, nós celebramos a vitória das instituições e a volta do país à normalidade plena, com idealismo e civilidade. Não há pensamento único no país, porque isso é coisa de ditaduras, mas as diferentes visões de mundo são tratadas com respeito e consideração. A democracia tem lugar para todos.

A sede do Supremo foi o prédio público mais depredado pelos golpistas do 8 de janeiro de 2023. O prejuízo aos cofres públicos foi calculado em R\$ 5,9 milhões, além de valor inestimável em termos históricos. Além disso, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez diversos ataques ao STF, incluindo xingamentos a ministros, como o próprio Barroso e Alexandre de Moraes.

LEGITIMIDADE

Na sessão de ontem, Barroso destacou a ampla votação recebida por Motta e Alcolumbre no último sábado:

-Aqui estamos, os presidentes dos três Poderes. O presidente Lula, que foi eleito com mais de 60 milhões de votos. O presidente David Alcolumbre, eleito com consagradores 73 votos em 81 senadores. E o presidente Hugo Motta, segundo candidato mais votado na história da Câmara dos Deputados, com 444 votos em 513. Gostaria de modestamente dizer que eu mesmo fui eleito com 10 dos 11 votos que participaram da eleição. E o voto que não foi em mim, fui eu mesmo - discursou Barroso.

Logo após exaltar a votação expressiva dos novos

presidentes da Câmara e do Senado, Barroso ressaltou que os membros do Judiciário não são eleitos, mas constroem sua legitimidade a partir de "formação técnica" e da "imparcialidade".

-Lembro que todas as democracias reservam uma parcela de poder para ser exercida por agentes públicos que não são eleitos pelo voto popular, para que permaneçam imunes às paixões políticas de cada momento. O título de legitimidade desses agentes é a formação técnica e a imparcialidade na interpretação da Constituição e das leis. Nós decidimos as questões mais complexas e divisivas da sociedade brasileira.

Membros do Legislativo frequentemente reclamam do que consideram invasão de competência por parte da Corte. Nos últimos anos, essa queixa esteve presente em discussões como a descriminalização do aborto e da posse de drogas em pequenas quantidades, além do marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Em seu discurso, Barroso também rebateu críticas sobre remunerações acima do teto pagas a magistradas nos últimos anos. Segundo ele, "é preciso não supervalorizar críticas que muitas vezes são injustas ou frutos da incompreensão do trabalho dos juizes".

- Desde 2017, o Judiciário Federal vive com o mesmo orçamento, acrescido apenas do percentual de **inflação** e, em 2024, com pequeno aumento decorrente do arcabouço fiscal). A propósito, em 2024, devolvemos ao Tesouro R\$ 406 milhões não gastos - afirmou o presidente do STF.

As despesas dos tribunais são alvo frequente de críticas, devido aos penduricalhos que levam boa parte dos magistrados a superarem o teto constitucional para os salários, que é justamente o do ministros do STF.

A retomada dos trabalhos do STF também marca a reta final da gestão de Barroso, cujo mandato de dois anos na presidência termina em setembro. Ele será sucedido por Edson Fachin.

Barroso também exaltou a norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determina a paridade de gênero nas promoções de tribunais. Neste

momento, dirigiu-se brevemente a Lula. Logo depois, destacou que quando há "injunção política", a participação feminina é menor.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil deve ter perdas e ganhos indiretos com guerra comercial

JOÃO SORIMANETO

Numa feira do setor de calçados, em janeiro, na cidade italiana de Riva Del Guarda, importadores americanos procuraram produtores brasileiros. Alguns fecharam ordens de compra se antecipando à possível taxaço de fabricantes chineses por Donald Trump. O temor era de desabastecimento com possível encarecimento de produtos chineses. Este é só um dos efeitos indiretos - e positivos - que o Brasil pode ter com o novo capítulo da guerra comercial iniciada no segundo mandato de Trump: elevar a venda de produtos aos EUA em substituição aos itens chineses.

- Os americanos já vinham se antecipando e buscando outros mercados para se abastecer, e o Brasil é um deles. Os EUA já são nosso principal destino - diz Haroldo Ferreira, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), lembrando que, no ano passado, o Brasil exportou 10,28 milhões de pares para o mercado americano por US\$ 216,3 milhões, quedas em volume (-3,3%) e em receita (-4,8%) em relação a 2023.

Mas, ainda no segmento de calçados, o Brasil pode sofrer outro impacto indireto da taxaço chinesa: o receio do setor é que o país e outros mercados da América Latina sejam usados para "desovar" calçados chineses, que ficarão mais caros nos EUA. As principais origens das importações no Brasil foram China, Vietnã e Indonésia, que responderam por mais de 80% dos calçados que entraram em 2024.

SETOR AUTOMOTIVO

No acumulado do ano, as importações de calçados da China somaram 9,8 milhões de pares e US\$ 40,2 milhões, alta de 4% em volume e queda de 16% em receita em relação a 2023. O preço médio ficou em US\$ 4,06, queda de 19% ante 2023, um indicativo de preços artificialmente abaixo dos praticados no mercado (dumping), segundo a Abicalçados.

O professor de economia chinesa do Insper, Roberto Dumas, prevê um recuo no crescimento como impacto indireto para o Brasil do "tarifaço" de Trump, pois mesmo sem tarifas sobre produtos brasileiros, por ora, o BC pode ter que subir mais os juros com o dólar se valorizando e pressionando a **inflação**.

Dumas lembra que no primeiro mandato de Trump a China retaliou os EUA com mais força. Enquanto os EUA tributaram 56% dos produtos chineses, os asiáticos impuseram tarifas a 64% da pauta comercial, incluindo commodities agrícolas:

- Isso elevou a venda de itens do agro brasileiro para a China. Agora, Trump impôs tarifa de 10% e pode negociar com os chineses, exigindo que comprem mais soja dos EUA para não aumentar ainda mais as tarifas. O setor privado, mas especialmente o governo, devem acompanhar qual cenário vai se desenhar.

Dumas avalia que se Trump impuser tarifas sobre os produtos da União Européia, o acordo com o Mercosul pode acelerar, mesmo com França, Irlanda e Holanda sendo contrários à aliança.

- Mesmo com resistência de alguns países, o cenário para o acordo é diferente do anterior e tende a melhorar, não piorar - diz Dumas.

No caso da indústria automobilística, as tarifas sobre México e Canadá não trazem consequências ao Brasil. Mas a taxaço que os EUA já vinham impondo aos carros elétricos chineses, desde setembro (de 100% sobre veículos e 25% sobre baterias), já preocupava, e ganha mais tensão com o novo capítulo da guerra comercial.

- A China não tem como desovar sua produção no mercado interno, que tem limitações, e onde o preço é subsidiado. A tendência para que as empresas tenham alguma margem de ganho é o mercado internacional. Então, devem aumentar a exportação, especialmente para mercados onde já tenham bases de produção, como o Brasil - diz Antonio Jorge Martins, coordenador de cursos automotivos da FGV, citando que carros elétricos chineses encontram barreiras na União Européia.

Ele diz que a tendência dos chineses é exportar para o Brasil conjuntos de peças onde haja alguma tecnologia embutida, portanto de maior valor, já que aqui companhias chinesas ainda não têm fornecedores.

- Eles não vão exportar porcas e parafusos. Mas sim conjuntos de peças, com tecnologia embutida, e de maior valor agregado - diz.

Marcelo Vitali, diretor no Brasil da consultoria de internacionalização espanhola How2Go, observa que os movimentos iniciais de vaivém de Trump indicam que o republicano está numa fase inicial de negociações, mas isso traz incertezas sobre qual governança do comércio internacional haverá no futuro.

- Lembrando que a OMC (Organização Mundial do Comércio) está paralisada pois os EUA não indicam nomes para o órgão de solução de controvérsias. Sem a OMC, o comércio internacional fica "sem regras" e cada país pode fazer o que quiser - diz.

Ele avalia que a ameaça de tarifar a UE pode fazer com que o acordo com o Mercosul avance mais rapidamente, embora haja um processo longo pela frente. Hoje, diz, a UE é o maior contraponto ao isolacionismo americano, com a aposta de unilateralismo de Trump, enquanto os europeus preservam a crença no multi-lateralismo, com nações convergindo interesses para fazer avançar o comércio. A própria UE vem fechando ou reforçando acordos com outros países, como México, Malásia.

Ele lembra que México e Brasil já têm acordo de complementaridade econômica justamente no setor automotivo -e que foi intensificado nos últimos anos.

"Mesmo com resistência de alguns países, o cenário para o acordo (UE-Mercosul) é diferente do anterior e tende a melhorar"

Roberto Dumas, professor de economia chinesa do Insper

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Motivos do recuo de Donald Trump - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A suspensão por um mês das tarifas de 25% impostas por Donald Trump ao México e ao Canadá foi um momento de lucidez no comportamento belicoso e caótico do novo presidente americano. Ele fez a mesma ameaça contra a China. Esse aumento unilateral de tarifas, caso aconteça, em algum momento, afetará principalmente a economia americana. A tarifa incide sobre a exportação para os Estados Unidos, mas quem a recolhe é o importador, que repassará o custo aos preços, elevando a inilação. A queda do crescimento também será primeiramente sentida na economia dos EUA. Uma tarifa de 10% não reduzirá a competitividade da China.

As principais bolsas amanheceram ontem em queda no mundo todo diante do anúncio no fim de semana de que Donald Trump elevaria hoje as tarifas contra México, Canadá e China. O susto começou a passar quando a presidente do México, Claudia Sheinbaum, anunciou que depois de uma "boa conversa" com Trump houve o acordo para suspender por um mês a vigência do tarifaço de 25% contra o México. No fim da tarde, o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, também disse que teve "boa conversa" e que a medida foi suspensa por 30 dias. Mas o que ocorreria se a ameaça fosse cumprida? O embaixador José Alfredo Graça Lima, do Cebri, com 40 anos de experiência em política comercial, explica.

-A elevação unilateral de tarifas é violação flagrante dos artigos 1 e 2 do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). O GATT continua sendo a constituição da Organização Mundial do Comércio. Além disso, os contratos entre importadores e exportadores estão em vigor. Se valesse para todo o comércio agora, seria violação desses contratos. E quem deposita a taxa é o importador e não o exportador, ou seja, as empresas americanas. É violatório em todos os sentidos, não só em relação à OMC, mas com relação aos próprios contratos.

A presidente mexicana foi hábil, dando ao presidente Trump um argumento para os seus eleitores com o aumento dos efetivos da Guarda Nacional na fronteira. A economia mexicana é muito dependente dos Estados Unidos. No Canadá, as ameaças americanas estão alimentando uma onda de nacionalismo econômico. Nesse momento há uma grande

campanha, não apenas governamental, de substituição de produtos americanos por canadenses e de mudança de destino das próximas férias para ficar no país, segundo uma reportagem publicada ontem no Financial Times. Sobre a China, o projetado aumento de 10% não faz cócegas na competitividade do produto chinês.

-A tarifa de 10% para a China não tem o menor efeito. A China tem uma folga para exportar que deve ser de 30%.

O comércio americano é estruturalmente deficitário, o que sempre foi uma das alavancas da economia americana, como explica o embaixador Graça Lima.

- O déficit comercial americano é plenamente compensado pelos investimentos, por outros itens que incorrem no balanço de pagamentos e que fazem os Estados Unidos mais ricos. Os Estados Unidos continuam sendo a maior economia do mundo em grande parte graças a esse déficit comercial. O que Trump está ameaçando fazer tem apelo eleitoral, mas a economia fica obviamente prejudicada.

Há um terrível precedente histórico. No crash da Bolsa de Nova York, os Estados Unidos elevaram as tarifas comerciais, e isso aprofundou a depressão e expandiu as fronteiras da crise. Portanto, um caminho perigoso para todos.

O Brasil tem déficit com os EUA, mas em um cenário de guerra comercial não há local seguro nem situação confortável para país algum. Ainda mais porque o Brasil tem um nível muito alto de tarifas no comércio internacional.

Graça Lima, com quem falei antes da decisão anunciada pela presidente do México, disse que não acredita no cenário de guerra comercial e já apostava que haveria negociação entre os países. De qualquer maneira, Trump tem colocado em prática as propostas mais extremadas e seu poder de desorganizar a economia mundial e americana é enorme.

O dia no Brasil começou com o dólar subindo, por causa de todo o ruído, mas depois da decisão sobre o México, fechou em queda pelo décimo primeiro dia consecutivo. Isso é fundamental para o país. Em janeiro, o real foi a moeda que mais recuperou valor

em relação ao dólar, 5,6%, o que derrubou os preços por atacado. O IGPM de produtos agropecuários teve uma queda forte em janeiro. Isso pode reduzir a **inflação** ao consumidor.

Trump recuou em relação ao México e ao Canadá. Falta a China. Se cumpridas ameaças, os EUA serão afetados

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Avaliação da política monetária brasileira

Em 1999, o Banco Central do Brasil (BCB) ganhou autonomia operacional "de fato", não de "direito", essa foi em 2021, para executar a política monetária definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Desde então, a política monetária brasileira passou a fazer parte do tripé de políticas macroeconômicas do país: autonomia do BCB com respeito aos juros com metas de **inflação** definidas pelo CMN, taxa de câmbio flutuante e superávits primários como objetivo fiscal.

O tripé definiu a política macroeconômica do país durante os últimos 25 anos. Seus resultados têm sido debatidos na mídia econômica e meios acadêmicos. Uma série de quatro artigos nestas colunas se concentram na parte monetária do tripé discutindo em sequência: (1) as complexidades e incertezas associadas à política monetária; (2) as formas pelas quais a política monetária brasileira, formalmente similar à da maioria dos países com metas de **inflação** e um banco central autônomo, tem se diferenciado das políticas monetárias de outros países; (3) as consequências de taxas de juros reais elevadas por longos períodos de tempo; e (4) mudanças possíveis e talvez desejáveis na política monetária.

Começamos com as complexidades e incertezas associadas à política monetária em geral. No seu livro texto de macroeconomia, o economista N. G. Mankiw, professor de Harvard, e ex-presidente dos Conselheiros Econômicos do presidente americano no período de 2003-2005, discute as limitações de nosso conhecimento econômico: "Economistas e formuladores de políticas econômicas precisam lidar com

a ambiguidade. O atual estado da macroeconomia oferece muitas linhas de raciocínio, embora também deixe muitas perguntas em aberto. O desafio dos economistas consiste em encontrar respostas para essas perguntas e expandir nosso conhecimento. O desafio dos formuladores de políticas econômicas consiste em utilizar o conhecimento de que dispomos hoje para melhorar o desempenho econômico".

Essa forma de pensar é relevante em muitas áreas da economia e, em particular, na política monetária. Poucas políticas econômicas evoluíram tanto quanto a política monetária. Há meio século, o objetivo da política monetária na Europa, Estados Unidos, Japão e Canadá se concentrava no controle de agregados monetários por meio do controle da liquidez dos bancos, reservas compulsórias, e taxa de desconto.

Com o tempo, as autoridades monetárias reconheceram que o único instrumento que realmente controlam era a taxa de juros. Nos cursos de macroeconomia, o multiplicador bancário é fixo, mas na realidade é variável e depende da demanda por crédito. Na sala de aula, a oferta de moeda aumenta quando agentes econômicos fazem depósitos nas suas contas bancárias. Na realidade, a oferta de moeda aumenta quando os bancos comerciais fazem depósitos nas contas de indivíduos e firmas que se endividam. Dado um nível de reservas, os bancos comerciais podem oferecer um volume de crédito não necessariamente demandado. Similarmente, como Joan Robinson observou décadas atrás, uma demanda de crédito que excede a capacidade de oferta de crédito dos bancos pode se resolver, ain-

da que imperfeitamente, com a criação de dívidas privadas.

Em suma, um mesmo nível de reservas nos bancos comerciais gera níveis variáveis de crédito, se refletindo em mudanças igualmente variáveis de agregados monetários, indicando que o banco central na verdade não controla os agregados monetários. Vários países - Canadá, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, Suécia, Hong Kong e EUA - eliminaram a necessidade de reservas compulsórias no banco central.

Essa constatação foi um choque que levou o Bank of England em 2014 a criar vários materiais didáticos (<https://bit.ly/3CDcB8L>) para explicar ao público que, à luz da experiência, o entendimento da política monetária tinha se transformado. Os bancos comerciais

não podem ser considerados entes passivos repassando ao público todo o crédito permitido pelas reservas que os bancos comerciais têm no banco central. O resultado é que os bancos centrais não controlam a oferta de moeda, controlam a taxa de juros. Nas últimas décadas essa passou a ser o instrumento principal da política monetária.

Houve várias inovações na condução da política monetária associadas a essa realização. O Banco Central da Nova Zelândia (BCNZ) introduziu, em 1990, o conceito de metas de **inflação**, gradualmente adotado pela maioria dos bancos centrais europeus, Canadá (1991), Brasil (1999), EUA (2012) e várias economias emergentes. O BCNZ também adotou

como meta 2% que também passou a ser adotada

pelos bancos centrais dos países avançados. A taxa de 2% foi interpretada como uma taxa equivalente à estabilidade de preços. Não há ciência neste 2%. A meta escolhida poderia ter sido 3-4 ou 5%. Se o banco central pode controlar a taxa de **inflação** a um nível de 2%, também pode controlá-la a níveis próximos tais como 3-4-5%. Os ganhos com uma taxa tão baixa como 2% nunca foram elucidados. Ao contrário, um estudo do prêmio Nobel George Akerlof estimou que abaixar metas teria um custo alto em termos de emprego e crescimento (<https://bit.ly/3CBcvhS>). No contexto brasileiro, Bráulio Borges, da FGV, tem mostrado que no Brasil metas de **inflação** baixas têm um efeito negativo sobre o crescimento (<https://bit.ly/3EzEuyU>).

Na determinação da taxa de juros, os bancos centrais passaram a se apoiar em variáveis tais como taxa natural de desemprego, hiato do produto, taxa de juros neutra. Essas variáveis não são certas. Apesar do esforço e do capital intelectual investido nas mensurações dessas variáveis, elas não são observáveis. São estimativas com uma faixa de incerteza considerável, resultado de modelos econômicos, construções feitas por estatísticos e economistas nos bancos centrais do mundo, universidades e centros de pesquisa. São e foram sujeitas a revisões consideráveis, como por exemplo a "taxa natural de desemprego" nos EUA, agora muito mais baixa do que era considerado normal 20, 10 ou até 5 anos atrás.

A meta de 2% também tem sido discutida nos últimos anos. Vários economistas, como Olivier Blanchard, Michael Spence, Mohamed El Erian, Josef Stiglitz e o ex-ministro de Finanças do Reino Unido Gordon Brown, têm sugerido que, dadas as mudanças estruturais e geopolíticas com as quais o mundo industrializado se confronta, uma taxa de 3% a 5% seria mais adequada. Essa discussão continua e não se traduziu ainda em mudanças de metas de **inflação**, mas em maior tolerância dos bancos centrais a desvios da meta.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188108?page=1§ion=1)